Por anno 13\$000
 " Semestre 8\$000
 " Trimestre 5\$000

A OPINIÃO

Por anno 15\$000
 " Semestre 9\$000
 " Trimestre 6\$000

PERIODICO LITTERARIO E NOTICIOSO

PAZ, JUSTIÇA E LIBERDADE.

Publica-se ás quintas-feiras e domingos

Redactor e Editor — **Amancio Pulcherio.**

Anno I

Corumbá - 30 de Junho de 1878

N.º 44

SUMMARY

A OPINIÃO — Impostos — GAZETILHA —
 Sessão Livre — Publicações diversas —
 — EDITAL — ANUNCIO.

A Opinião

DOMINGO 30 DE JUNHO DE 1878.

IMPOSTOS.

Onosso illustrado collega, como havia prometido, occupa-se da questão de impostos inconstitucionaes no "Iniciador" de ante-hontem.

Apreciador, como somos, do distincto cavalheiro a quem nos referimos, é com pezar que continuamos a combater suas idéas em relação a' materia que faz objecto da controversia estabelecida.

Trata-se de uma questão juridica, e não nos fica bem sellar com o nosso silencio um absurdo.

Queixe-se quem quizer. Vivemos em um paiz onde ha um systema pre-estabelecido, e hoje, se estamos sob as cruzas de uma lei, é de mister cumprir-se-a: dura lex, sed lex.

Ou não nos exprimimos satisfatoriamente no ultimo artigo que escrevemos, ou peccamos pela ignorancia.

Não negamos ao governo geral, como sustpõe o collega, competencia para fazer sustar a execução de uma lei que tomamos como contraria aos interesses geraes do estado. Entendemos, sim, e isto seguindo a jurisprudencia, que só pôde ingerir-se em negocios de tão alta transcendencia o mesmo governo, em circumstancias anormaes e apoiado em pareceres do conselho de estado.

Innumeros exemplos tem-se dado acerca de factos semelhantes, e é doutrina que bebemos em fontes autorisadas — que o ministro não é autoridade legitima para dar INTERPRETAÇÃO LEGAL ás leis, não passando, suas decisões ou avisos, de materia puramente doutrinal, que ja' mais pôde ser obrigatoria.

O illustrado collega confundio, relevamos a franqueza, PODER legislativo com PODER executivo. Elle disse: "Permitta-nos o collega que a' sua autoridade na materia antepoñhamos a do CORPO LEGISLATIVO." "Si, expedindo o aviso de 17 de Janeiro de 1840, o GOVERNO exorbitasse, invadindo a esphera das attribuições do poder legislativo, este, de certo, não deixaria prevalecer tal usurpação; e a larga existencia

do aviso, que ainda não foi REVOGADO, é prova cabal de que o governo tem faculdade para determinar ao presidente o que dispõe o mencionado aviso.

Isso seria um absurdo.

O silencio do poder legislativo não importa sanção dos actos do poder executivo, tanto mais quando é certo que a incompetencia deste basta para determinar, o nenhum valor do que faz, arredado da esphera em que deve estar.

Consulte o illustrado collega a resolução de 3 de Novembro de 1772 e o accordão da relação da corte em 7 de Março de 1857, e se convencerá, de que os avisos são admittidos quando contem materia juridica, salvo se é tomado sobre consulta da secção de justiça, porque então se apoia com a disposição do art. 192 §12 da constituição.

Por isso dissemos que o ministro não pôde ordenar ao presidente a suspensão de uma lei.

E' possível que estejamos em erro; mas a pouca pratica que temos nos induz a crer que fallamos com a autoridade dos mestres da sciencia juridica, da boa logica, e da propria razão natural.

A pequenez do nosso jornal não nos permite discussão extensa, e nos vemos na obrigação de limitarmo-nos ao pouco.

Entretanto, diremos ao distincto collega que podemos provar-lhe que a incompetencia do poder executivo nasce de sua propria denominação, pela regra de direito que as cousas se desfazem pelo mesmo modo porque se fazem.

A nossa opinião, ao menos, tem o apoio no parecer do visconde de Olinda, que oppz-se a' doutrina do aviso de 26 de Outubro de 1840, pois que elle entendeu que depois da interpretação do acto adicional não podem as leis provinciaes ser revogadas, ou suspensas, senão por acto do poder legislativo geral, ou pelas proprias assembleas. Apoia-se mais na doutrina dos avisos n.º 120 de 4 de Maio de 1857 e 98 de Setembro de 1843, 26 de Junho e 3 de Novembro de 1846, 18 de Outubro e 30 de Novembro de 1849, além de outros muitos que poderíamos apontar.

Continuamos, pois, a sustentar que o presidente não pôde nem deve suspender a lei, a menos que não se queira sujeitar aos prejuizos de um verdadeiro excesso.

Sabemos que o commercio esta' resolvido a' resistencia formal, e até parece que se a pretende effectivar, visto o convite aos commerciantes para se reunirem na casa do Sr. Francisco da Silva Rondon, hoje ás 11 horas da manhã.

E' um ajuntamento illicito, e quem concorrer para elle, verificado uma vez que se pretende impedir a satisfação de impostos, commette o crime do art. 287 do cod. penal, e em todo o caso, a' policia compete prevenir sobre assumpto de tal natureza.

Perdoem-nos os entendidos a nossa quiza' inconveniente franqueza. E' que a profissão que exercemos manda que não nos tornemos indifferentes a' contestação do circumspecto redactor do "Iniciador", a quem alia's muito consideramos.

Se fór de mister, voltaremos ao assumpto.

Gazetilha

Falleceu na corte do Rio de Janeiro o Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz, lente muito distincto da faculdade de medicina.

Lamentamos sinceramente este acontecimento, pois que o finado, illustrado como era, reunia em si muitas virtudes.

Foi deputado geral, vereador, e exerceu outros cargos de eleição popular, procedendo sempre como um perfeito cidadão.

Enviamos nossos pezames á sua Illustre Familia.

Pelo vapor *Cuyabá*, entrado a 27 ao meio-dia vierão:

O Presidente da Provincia — Dr. João José Pedrosa, o Dr. Chefe de Policia Milciades Augusto de Azevedo Pedra, Dr. Juiz de Direito José Joaquim Ramos Ferreira, e sua Exma. Familia, e Tenente-Coronel José Thomaz Gonçalves, comandante do 21.º batalhão de infantaria.

S. Ex. o Sr. Dr. Pedrosa, demorou-se no Ladario por mais de duas horas, e ahi examinou todo o edificio, sendo recebido com as honras do estylo.

Foi removido por decreto de 25 de Maio o Exm. Sr. Desembargador Francisco Gonçalves da Rocha para a Relação do Recife.

Forão concedidos 3 mezes de licença ao Exm. Sr. Desembargador Victorino do Rego Toscano Barreto.

Fôra nomeado Desembargador para a Relação de Cuyabá o Juiz de Direito Pedro Camello Passôa.

Foi nomeado o general Hermes Ernesto da Fonseca Inspector do 2º Regimento de Artilharia a Cavallo e 1º Regimento de Cavallaria Ligeira, tudo da Córte.

Consta que fôra removido o Sr. Inspector da Alfandega Ataliba Ferreira Pimentel Belleza para a Alfandega de Santos; que fôra demittido do cargo de Inspector da Thesouraria de Fazenda o Sr. Antonio Augusto Ramiro de Carvalho; que fôra condemnado a 30 mezes de prisão o Sr. Major Joaquim Antonio Ferreira da Cunha, além da indemnisação ao estado do prejuizo que lhe causou; sendo absolvidos os officiaes: capitães Bento José Fernandes Junior, Antonio da Rocha Bezerra Cavalcanti, Antonio de Vasconcellos Jardim, José Antonio Colonia, accusados como complices do crime q' diz-se, foi praticado pelo mesmo major; que o capitão de mar e guerra Antonio Claudio Soido, Inspector do Arsenal de Marinha do Ladario, fôra nomeado commandante da flotilha da provincia; que o encouraçado Barrozo que está em Assumpção, deve vir estacionar-se no Ladario; que vierá uma remessa de oitocentos contos de réis para a Thesouraria, tendo sido remettidos por terra á Cuyabá mais trescentos contos de réis, de que foi portador o Tenente-Coronel Antonio Maria Coelho.

O Exmo. Presidente e o Sr. Dr. Chefe de Policia seguirão a 28 ás 9 horas da manhã, para Cuyabá.

O chefe da expedição destinada a abrir a estrada de Santa Cruz da Bolivia ao rio Paraguay foi assassinado, causando este successo o abandono dos trabalhos de communicação directa com o Atlantico pelo estuario de Prata.

Os argentinos temaram a si a empresa, e a nova expedição está ás ordens do coronel Lohier, commandante do vapor "Argentino Republica".

O decreto n. 6,855 de 16 de Abril do corrente anno approvou o plano de uniformidade para os officios honorarios do exercito.

Ha as seguintes novas publicações: O SA- TAN VÓLTA, poesia pelo Dr. Manoel Francisco Fontenelle; POEMA DE AMOR por Miguel Evandro Cardoso, LYRA INFANTIL, poesias posthumas de Manoel Francisco, o REINAR DE LUZINHA, romance pelo Dr. Araripe Junior.

Diz a Reforma ter sido eleito presidente da republica do Equador, o general Ignacio de Venemilla.

A exposição de Paris foi aberta a 1º de Maio. Esteve brilhantemente concorrida. Por falta de tempo não podemos dar noticias minuciosas aos nossos leitores.

Falleceu em Montevidéo o general José Antonio da Costa, um dos militares que prestaram bons serviços na guerra da independencia da Republica Oriental.

Na provincia argentina de San Juan esta grassando a variola, com grande intensidade e caracter epidemico, tomando a mortalidade proporções extraordinarias.

Fôra roubada a caixa da agencia do correio na cidade de Santos, verificando-se haver falta de sellos no valor de 288\$000 e de 78\$000 em dinheiro.

Forão promovidos:

A 1º cirurgião, o 2º cirurgião do corpo de saude, Dr. Antonio Pinosco Guedes.

A 2º tenentes:

O 1º cadete do 3º batalhão de artilharia, Leoncio Peixoto de Azevedo e o alferes aluano Antonio Pedroso de Parros.

Communicou-se pelo ministerio da justiça ao presidente desta provincia, que ficava prorogado por 1 mez o prazo legal para o bacharel Balbino Cozar de Mello assumir o exercicio do cargo de juiz de direito substituto de Cuyabá.

Um telegramma de Pernambuco a' redacção do "Cruzeiro" diz que uma quadrilha de 80 bandidos mais ou menos, invadio e saqueou a povoação de Alagôa Secca; tendo o presidente da provincia enviado tropas em socorro, com ordem de perseguir os faccinoras.

Outro telegramma da Bahia, de dia 12, diz que ficou adiada para 1º do corrente a abertura da assemblea provincial.

O "Diario Official" começou a publicar o relatório que o Dr. Jose Maria da Silva Paranhos, nosso consul em Liverpool, apresentou ao governo imperial, sobre o commercio e navegação entre o Brasil e Liverpool, entre o Brasil e o Reino Unido e commercio exterior do Reino Unido nos últimos annos.

O "Cruzeiro" de 3 do mez findo, dá a noticia de um lamentavel successo.

Um comboyo que cahiu no dia 1º pelas 8 horas da manhã na ponta do Cajá para o Rio de Janeiro, com alguns wagons conduzindo tabacos, mercaderias deimento e licores de charrubá, se desmarinhara no lugar denominado "do ponto", regada de se o choque e a queda do Comboyo dos wagons.

Perceito no ministro o Dr. Castro Andrade, em seguida a um trabalhador. O empedreiro chefe, Dr. Valdes Ribeiro, fôr taguetamente queimado.

Foi nomeado secretario da policia desta provincia o Sr. José Thomaz da Silva.

Em Campos havia cahido copiosas chuvas.

Pelo ministerio da marinha foi declarado a presidencia da provincia não se poder approvare o acto pelo qual chegou para o

serviço da guarnição o Dr. Augusto Novis, que deve servir na companhia de aprendizes marinheiros, no Ladario, ou recolher-se a' córte.

A assemblea do Maranhão installou-se no dia 8 do mez do passado, e a do Para' a 22 de Abril.

Concedeu-se licença ao major graduado reformado José Joaquim da Silva para residir nesta provincia.

Não foi deferida a representação de diversos officiaes da guarda nacional da provincia contra o acto da presidencia que declarou sem effeito as nomeações posteriores a lei de 10 de Setembro de 1873.

Despedimo-nos hoje da redacção deste jornal, por nos ser impossivel acudir aos affazeres da redacção e aos do nosso escriptorio de advocacia. Aos leitores pedimos desculpa se por ventura commettemos algum excesso.

Pedimos aos nossos assignantes o especial favor de virem renovar as suas assignaturas tanto os do 1º semestre como os do 2º trimestre que finda hoje.

Os Srs. assignantes tanto do interior como do exterior que tem deixado de receber pontualmente nossa folha queiram ter a bondade de enviar suas reclamações a esta typographia.

Toda e qualquer correspondencia que referir-se ao nosso periodico deve ser dirigida em carta fechada a' redacção, sendo legalisada como e de lei.

SECÇÃO LIVRE.

Ama o proximo como a ti mesmo.

Quando hontem vulgarisou-se a noticia da condemnacão do Sr. major Cunha, o pezar invadio-nos o coração: não porque vissemos um absurdo da lei na sentença mearca-la pelo supremo conselho, mas porque sempre move-nos a compaixão, cada vez que contemplamos nas scenas da vida de alguem, um desses revezes do destino.

Seamos homens e como tres sujeitos aos vicios, aos erros, aos crimes.

Não sabemos, o que nos póde acontecer amanhã, por isso curramos-nos humildes ante a justiça que passa.

Convém portanto a aquelle que cahiu sob a vindicta da lei, afastar da lida o rancor, e só procurar na resignação, forças positivas, para supportar o soffrimento.

Traçamos estas linhas, porque, como o Sr. major Cunha, tambem somos pai, e nosso coração s'estremece a lembrança de ver nossos filhos sem o arrimo necessario.

Estamos convieto que aquelles que com o Sr. major entrarão em lucta, estão também como nós pezarosos, embora fossem felizes na questão.

O odio n'elles existiu somente durante a peleja; e vindo hoje supplantado pelo

direito e pela razão o adversario, sentem por elle compaixão.

E ainda porque, sobrepujando a tudo, existe a lealdade.

Elles trêm tem coração, e as cordas d'esse alaude tão sentimental, são bastantes sensíveis ao contentamento, como são aos pezares, e sabem nas dôres d'alma, exprimir a piedade, quando os acasos da sorte adversa com ignota mão, compulsa-lhe as cordas.

Aceite portanto o Sr. major Cunha n'este ligeiro escripto, uma prova de que somos ressentidos pelo acontecimento que lhe amargurou os dias, porquanto já mais esqueçamos o sentimento expresso no divino verbo do Martyr do Gólgota—ama ao próximo como a ti mesmo.

Corumbá, 28 de Junho de 1878.

* * *

A EPAMINONDAS.

O seu cavaco esteve soberbo, e na altura de sua invejada penetração.

Se ha quem mereça um doce de minhocas é sem duvida S. S.

Que laconismo!

Bem se vê, pelo estylo, que Epaminondas é homem de trancar a bocca com meias palavras.

E' pena, porém, que deixasse as explicações que devia dar acerca do facto de que nos occupamos, sepultadas no metaphisico da linguagem, a guiza dos reptantes do general Andréa.

Bonito é sem duvida, mas parece-nos que Epaminondas andaria melhor se inteirasse ao publico dos fundamentos que teve para noticiar a occorrença relativa ao cadete Lima, com as acôres que emprestou-lha.

Just. is.

A MAÇONERIA.

DIRIGIMOS AO GOVERNO DO ESTADO A SEGUINTE REPRESENTAÇÃO

• Senhor. — O cidadão brasileiro, abaixo assignado, por si e como chefe e primeiro representante da maçoneria unica do Brasil, usando do direito que lhe confere o § 30 do art. 179 da constituição politica do Imperio, vem, com o maior respeito, representar ao poder executivo contra os inqualificaveis abusos praticados, com offensa manifesta á inconcussos direitos de um avultadissimo numero de brasileiros e de estrangeiros, residentes no paiz, iniciados n'essa illustre associação; e pedir providencias que ponha termo ás tropelias de que elles são victimas.

• Antes de tudo, tem o abaixo assignado a honra de offerecer ao conhecimento e subia apreciação de V. M. I. o exemplar junto, devidamente authenticado, da constituição, ou lei organica da maçoneria brasileira, com a qual convence de que ella absolutamente estranha á materias politicas e religiosas.

• Pede venia para lembrar que a maçoneria do Brasil, e desde a independencia, foi e tem sido sempre, não só tolerada, mas ainda reconhecida pelos poderes do Estado, como se evidencia em presença, entre outros, do aviso do ministerio do imperio de 12 de Julho de 1873, no qual se lê:

«A maçoneria como sociedade secreta é permittida pela lei civil, não tem fins religiosos e nem conspira contra a religião catholica, e, portanto, falta-lhe character e intuitos que a sujeite á jurisdicção ecclesiastica e á condemnação sem figura de juizo!»

• Ainda pede venia para lembrar que essa nobre associação, longe de ser o que a politica retrograda o inculca e o ultramontanismo propala para seus fins, é summamente proveitosa ao paiz; por quanto, além de dedicar-se a actos de beneficencia, amparando orphãos e viúvas, e promovendo legalmente a libertação dos escravos, tem ainda instituido e, mantem, com real interesse publico, escolas nocturnas de instrução primaria em muitos lugares do Brasil; tem criado e mantem muitas bibliothecas populares; coadjuva, como pôde, a muitos que se dedicam ás sciencias, e mantem mutuo socorro, amparando a innumerables brasileiros e estrangeiros, que a invocam em suas necessidades.

• Mais, e com a devida venia, lembra que os iniciados n'esta grande associação, entrando para ella na idéa firme de que não offendiam, como não offendem, lei alguma a que se devessem subordinar, não podiam já mais esperar ser reduzidos, e com maxima sorpresa, como se acham, á privação do gozo tranquillo de direitos civis, e até de direitos politicos, que, aliás, lhes eram garantidos; e bem assim a vem perturbadas as suas familias, incertos e vacillantes os direitos successorios, &c.

• Ainda não pôde deixar de mencionar que o direito politico de conceder ou negar o beneplicito, consagrado no art. 102, § 14 da mesma constituição, não tem limitação, como bem diz Pimenta Bueno (marquez de S. Vicente) no seu — *Diritto publico brasileiro*,—nos seguintes termos:

«Embora a disposição geral tenha por objecto dogmas ou doutrinas essenciaes á igreja, ainda assim essa approvação previa é indispensavel, por isso que na respectiva constituição, bulla ou decisão, pôde por ventura, o legislador ecclesiastico incluir algum principio nocivo ao estado.»

• Apesar, porém, de todas essas considerações, aconteceu que depois da decisão regular, contida n'esse aviso de 12 de Julho de 1873, os bispos do Imperio fizeram solemnemente publicar em suas dioceses e cumprir o breve de 26 de Maio d'esse mesmo anno, breve conhecido sob as palavras, com que começa — *quam*

quo doiores—no qual se nega esse constitucional direito *amplo* de beneplicito, e, ainda mais, mandaram executar antigas bullas condemnando a maçoneria e lançando odioso anathema—*inquestionavelmente politico*—a toda essa associação, e a cada um dos iniciados n'ella, expondo assim milhares de pessoas á animadversão do povo ignorante, e tudo no intuito de levantar entre nós uma lucta fraticida, sob motivo de religião, e alimentar, d'ess' arte, o partido theocratico romano, perturbando a politica do paiz, estabelecendo um direito novo, repugnante, mesquinho, retrogrado, ante-civilizador, e mesmo inconcebivel no seculo actual; e, o que é mais, diametralmente opposto á constituição, e ás leis do paiz.

• Esse breve fatal, origem da perturbação, que actualmente flagella as consciencias, altera a paz das familias, e anarchisa o Brasil, não só se acha publicado officialmente, com manifesto acinte e a mais ousada temeridade contra o nosso direito escripto, politico e civil, como está até hoje em execução em algumas dioceses com ostentação, em outras, como na do Rio de Janeiro reservada e insidiosamente e por ordens positivas e ameaçadoras dirigidas aos parochos.

• Disso tem resultado que, repellidos da igreja romana, os que pretendem casar-se, ou que se apresentam como padrinhos de baptizados, &c, tem muitos maçons sido por tal arte coagidos a recorrer á formulas diversas, e até á igreja protestante para celebração d'esses importantissimos actos da vida civil, visto que anida não temos, o que é para lamentar, lei que autorise o casamento civil.

• Entretanto, se por tal modo, em si extraordinario, fogem da perseguição dos padres romanos, nem assim se consideram seguros quanto á validade de seus consorcios, e quanto á segurança de futuros direitos successorios.

• Tal é o estado desgraçado e anarchico em que nos achamos.

• V. M. Imperial sabe o que occorreu, dessa especie, na capital de Pernambuco, onde o digno delegado do abaixo assignado, o illustre maçon e honrado negociante Joaquim Lopes Machado foi constrangido, para poder effectuar o seu casamento com a dignissima filha do desembargador Lourenço José da Silva Santiago a usar da formula catholica para esse acto; sendo mais certo, que o sacerdote, que se prestou a recebê-los e com a competente licença, foi immediatamente suspenso *ex-informata conscientia!*

• E V. M. Imperial aprecia, sem duvida, o que poderá occorrer no futuro, resultante de um casamento assim celebrado, quer quanto ás relações legaes dos conjuges entre si, quer quanto ao direito dos filhos, &c.

• O rancor de que o bispo de Olinda se possuiu contra o ex-ministro do imperio,

conselheiro João Alfr. do Corra de Oliveira, se ostentou repellido-o de ser padrinho do filho de um seu amigo.

• E' por estes mesmos breves e bullas que o clero brasileiro, que não renega os seus principios liberaes, e que com patriotismo acata o nosso direito, tam sido victimado ao odio de bispos intransigentes, e sob a ameaça de uma condemnação sem audiencia, sem defesa e sem recurso, se acha escravisada á vontade caprichosa dos que, não por legitimo motivo religioso, e sim no interesse sordido de uma politica tacaña e immoral, querem implantar no Brasil um poder irritante, e já, até, impossivel.

• Esses factos, por demais contristadores e revoltantes, tem sido repetidos entre nós.

• Nem já é licito e decente negal-os.

• Entretanto, nem por serem escandalosos e evidentemente illegaes, mereceram até hoje, e dos gabinetes, que precederam ao actual, a minima attenção!

• O silencio do governo, em emergencia tão perigosa, tem feito comprehender ao povo que taes bullas e breves, em execução pelos bispos, têm obtido o indispensavel beneplacito, e são leis do imperio!

• Provocado, de continuo, o governo a prestar ao publico os esclarecimentos indispensaveis em materia de tanto alcance, e tão altamente politica, pois que se trata de applicação de um dos preceitos da constituição do imperio, se tem sobre isso mantido o mais cuidadoso silencio!

• Esse silencio, porém, não pôde por mais tempo ser guardado. Não sómente provoca desgosto geral e a descrença, como ainda autorisa a anarchia nas familias, as divergencias domesticas, as desordens entre paes e fillos, entre marido e mulher, maxime quando este é acoroadado nas prédicas a que assiste, pelos escriptos ultramontanos que formigam, e, ainda mais, nos confessorarios, a deixar de cumprir o seu dever para com o esposo, e para com os fillos, sob o pretexto de que são maçons e como taes expulso da igreja do estado.

• V. M. Imperial comprehendo, que uma tão demonstrada situação não pôde continuar; comprehendo que é mister esclarecer o povo sobre esse ponto, para que cesse a perturbação em que jazemos.

• O primeiro mantenedor da fiel observancia da constituição e das leis, é, sem duvida, o poder executivo.

• E' sua attribuição: - prover em tudo que for conveniente á *segurança interna*, e externa do estado, como tambem lhe cumpre expedir decretos e regulamentos á boa execução das leis art. 102, §§ 12 e 15 da constituição).

• Nestas circumstancias o abaixo assignado tem a honra de, com o mais profundo respeito, por amor da ordem publica, paz e segurança das familias, pedir ao governo imperial se digne declarar,

por seu venerando despacho a esta representação, se esse breve e bullas a que se refere, e que applicam ao Brasil a medida politica adoptada nos dominios pontificios desde antes da cessação do poder temporal do papa, contra a maçonaria, obtiveram o indispensavel beneplacito; e, no caso negativo, sem merecem obediencia no imperio, ou se podem ser executadas, por quem quer que seja, em detrimento de inconcussos direitos civis e politicos do cidadão brasileiro, e em grave prejuizo dos estrangeiros aqui residentes.

• O abaixo assignado, em seu nome, e nos de seus representados, que constituem uma grande parte dos habitantes do imperio, nada mais exige do que a declaração franca de uma verdade official, e a manutenção de uma doutrina essencialmente constitucional.

• Quer uma, quer outra, conduzem á paz das consciencias, ao socego domestico, ao livre exercicio dos direitos civis e politicos e á segurança publica.

• Não as condemna fóra da lei, sem audiencia, nem convencão.

• A igreja do estado, para manter a posição politica que lhe foi concedida, não pôde deixar de accommodar-se aos preceitos da constituição que a autorizou e das leis que nos regem.

• Bem pouco é o que ora pede, e a satisfação d'este respeitoso pedido, é actualmente de uma importancia extrema.

• O abaixo assignado, como todo o paiz, espera do poder legislativo as providencias indispensaveis, d'elle dependentes, mas enquanto essas providencias não se obtem, solicita do poder executivo quanto está em suas claras e explicitas attribuições.

• O abaixo assignado se compenetra da verdade de que é justo e moralizador quanto requer e se deliberou a dirigir a V. M. Imperial a presente petição, por quanto mais em relação e intimidade com os perseguidos maçons do Brasil, por cujos direitos pugna e pugnará incessantemente e cuja sorte partilhou e partilha sempre, como é de seu dever indelivel, e de sua honra, pôde manifestar ao governo imperial que todos soffrem, em necessidade de serem sanados os males que os affligem, e que anarchisam e demoralisam o paiz.

• Contenta-se, por ora, o abaixo assignado com as declarações que vem de requerer, e aguardando do poder competente a solução das gravissimas questões que se liga ao objecto da presente representação, conta que o poder executivo não lhe negará.

JUSTIÇA.

Joaquim Saldanha Marinho.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1878.

Confianças no patriotismo do actual gabinete, e tivemos prova irrefragavel de que não nos enganamos.

A nossa respeitosa representação recebeu o acolhimento do governo, o qual depois de estudo sério da materia e vencido de que ao paiz se deve toda a verdade, resolveu pelo ministerio do imperio proferir o seguinte despacho.

• AS BULLAS E BREVES, A QUE SE REFERE O PETICIONARIO, NÃO ORTIVERAM BENEPLACITO DO GOVERNO IMPERIAL.

• A constituição politica do imperio, art. 102 § 14, sujeita á beneplacito do poder executivo TODOS os decretos dos Concilios, Letras Apostolicas, e quaesquer outras constituições ecclesiasticas PARA QUE POSSAM TER EXECUÇÃO NO IMPERIO. (15 de Março de 1878).

Honra ao governo.

Parabens a todos os maçons do Brasil!

Rio de Janeiro, 15 de Março de 1878.

Joaquim Saldanha Marinho.

EDITAL

Cartas vindas pelo Cuyabá

NACIONAES.

Jose Pilar Primo, Lopes dos Santos, Joanna Candida, Joao Anastacio M. de Mendonça, Alfredo Bernardino Dutra (2), Francisco José Rodrigues, Domingos Gomes Martins Lopes, José da Cunha Vasconcellos, Camato Accioli Pinheiro, Domingos Ribeiro de Lara.

REGISTRADAS.

Gregorio Manoel do Nascimento, Luiz José da Fonseca.

DEVOLVIDAS.

Francisco José Dias, Johan Lraibi.

ESTRANHEIRAS.

Carlos Alberto dos Santos Valencia, Seymour E. Orvis, Blanco Angelo, Pelliipini Pietro, José da Cunha Vasconcellos, José Cactano Metello, José Quintino Victoria, Rosa Santa Cruz, Leon Esquerre, Alexandre Vespa, Capitão Bruno, Dorotheo Sanchez, Evaristo Joaquim Rodrigues, Jeronimo de Montepioze, João Capistrano Moreira Serra, José Alves Vieira, padre Benedicto Canti (2), Emilio Ponsolle.

ANUNCIO

Despedida

João Bardenave, retirando-se para a Europa no vapor *Inca*, e não tendo podido despedir-se pessoalmente das pessoas de sua amizade, pede-lhes desculpa e que aceitem este adeus, podendo contar com seus prestimos onde quer que esteja, por ventura.

Corumbá, 29 de Junho de 1878.

João Bardenave.

Typ. da—*Opinião*—de Pedro Moseller
Rua de Lamare.